

Políticas públicas ambientais: uma análise das ações socioambientais adotadas em uma instituição federal de ensino superior baseada em indicadores da agenda ambiental na administração pública (A3P)

Environmental public policies: an analysis of the socio-environmental actions adopted in a federal institution of higher education based on indicators of the environmental agenda in public administration (A3P)

Políticas públicas ambientales: análisis de las acciones socioambientales adoptadas en una institución federal de enseñanza superior a partir de indicadores de la agenda ambiental en la administración pública (A3P)

Recebido: 22/05/2023 | Revisado: 29/05/2023 | Aceitado: 29/05/2023 | Publicado: 03/06/2023

Raimundo Sidney Rodrigues Reis

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9585-0291>

Universidade Federal de São João del Rei, Brasil

E-mail: raimundo.rreis@yahoo.com.br

Matheus Pereira Modesto

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2157-1377>

Universidade Federal de São João del Rei, Brasil

E-mail: matheuspereiramodesto@gmail.com

Resumo

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e o dever do poder público em defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações está previsto na Carta Magna Brasileira de 1988 em seu artigo 255. Este estudo aborda a temática das políticas públicas ambientais e a gestão adequada de resíduos sólidos através do eixo temático número 2 da agenda ambiental da administração pública-A3P. O objetivo do trabalho é mapear as políticas públicas ambientais desenvolvidas em uma instituição federal de ensino superior tendo como referência os indicadores de desempenho do eixo temático número 2 do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). As ações socioambientais realizadas no âmbito da Universidade Federal de São João del Rei foram mapeadas. Trata-se de um estudo de caso com coleta de dados por meio de análise documental. Verificou-se que a universidade realiza as ações indicadas no eixo temático 2 da A3P, com implantação da coleta seletiva, destinação correta dos resíduos coletados, doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores, e direciona corretamente os resíduos químicos, lâmpadas fluorescentes etc.

Palavras-chave: Políticas públicas ambientais; A3P; Gestão de resíduos sólidos.

Abstract

The right to an ecologically balanced environment and the duty of public authorities to defend and preserve it for present and future generations is provided for in the Brazilian Magna Carta of 1988 in its article 255. This study approaches the theme of environmental public policies and the adequate management of solid waste through thematic axis number 2 of the environmental agenda of the public administration-A3P. The objective of the work is to map the environmental public policies developed in a federal institution of higher education having as reference the performance indicators of thematic axis number 2 of the Environmental Agenda in Public Administration Program (A3P). The socio-environmental actions carried out at the Federal University of São João del Rei were mapped. It was found that the university performs the actions indicated in thematic axis 2 of the A3P, with the implementation of selective waste collection, correct disposal of collected waste, donation of recyclable materials to cooperatives of collectors, and correctly directs chemical waste, fluorescent lamps, etc.

Keywords: Environmental public policies; A3P; Solid waste management.

Resumen

El derecho a un medio ambiente ecológicamente equilibrado y el deber de los poderes públicos de defenderlo y preservarlo para las generaciones presentes y futuras está previsto en la Carta Magna brasileña de 1988 en su artículo 255. Este estudio aborda el tema de las políticas públicas ambientales y la gestión adecuada de los residuos sólidos a

través del eje temático número 2 de la agenda ambiental de la administración pública-A3P. El objetivo del trabajo es mapear las políticas públicas ambientales desarrolladas en una institución federal de enseñanza superior teniendo como referencia los indicadores de desempeño del eje temático número 2 del Programa Agenda Ambiental en la Administración Pública (A3P). Se mapearon las acciones socioambientales desarrolladas en la Universidad Federal de São João del Rei. Se trata de un estudio de caso con recolección de datos a través del análisis de documentos. Se constató que la universidad realiza las acciones indicadas en el eje temático 2 del A3P, con la implementación de la colecta selectiva, el correcto descarte de los residuos colectados, la donación de materiales reciclables a cooperativas de recicladores, y direcciona correctamente los residuos químicos, lámparas fluorescentes etc.

Palabras clave: Políticas públicas medioambientales; A3P; Gestión de residuos sólidos.

1. Introdução

Durante a década de 1970, importantes discussões que envolviam as questões ambientais emergiram mais fortemente na pauta dos debates internacionais. Assim, em 1972 em Estocolmo (Suécia), realizou-se a primeira grande conferência ambiental, organizada pelas Nações Unidas (ONU) que foi chamada de Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano e reuniu 113 países. Este é um marco histórico, pois é a primeira grande conferência internacional a discutir questões ambientais com representantes de diferentes países (Zeca, 2022). O resultado foi a Declaração dos 26 princípios de Estocolmo e a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Realizada na cidade do Rio de Janeiro, a Eco-92 ocorreu vinte anos após a Conferência de Estocolmo. Desta vez contou com a presença de 178 chefes de governo e foi marcada pela forte atuação de representantes da sociedade civil, de ONGs e movimentos sociais no Fórum Global. O principal objetivo da Conferência estava centrada na ideia de que se todos os países adquirissem o mesmo padrão de desenvolvimento dos países ricos (e tidos como desenvolvidos) não haveria recursos naturais para todos sem que sucedessem graves e irreversíveis danos ao meio ambiente (Dalla Passos, 2022).

Os países anuíram, portanto, o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente e reconhecer que as responsabilidades pela preservação do ecossistema, pela construção de um convívio equilibrado com o planeta e pela criação de práticas sustentáveis são essenciais. Dos esforços de duas décadas de trabalhos da ONU sobre o assunto nasceram na Rio-92 duas convenções: uma sobre biodiversidade e outra sobre mudanças climáticas. Assim, foi acordado que os países em desenvolvimento receberiam apoio financeiro e tecnológico para alcançarem modelos de desenvolvimento sustentáveis a partir do principal documento do encontro, a Agenda 21 (Kniess, et. al, 2020).

No Brasil, portanto, a inclusão das questões ambientais nas políticas públicas do país foi precedida de discussões mundiais sobre o meio ambiente. Assim, com base na Agenda 21 Global e de acordo com a diretriz do Capítulo 4 dessa Agenda, que insta os países a estabelecerem programas destinados a examinar padrões insustentáveis de produção e consumo e desenvolver políticas e estratégias nacionais, estimar a mudança nos padrões de consumo, que o Brasil construiu a Agenda 21 Brasileira, que foi incorporada ao plano plurianual do governo do PPA em 2004 para integrá-la à política pública nacional (Santos & Medeiros, 2020).

A internalização da responsabilidade socioambiental, na prática, da administração pública brasileira inicia-se, assim, com a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) instituída pelo Decreto nº 221 de 10 de setembro de 2004 do Ministério do Meio Ambiente. Segundo Almeida et. al (2022), a A3P estimulou a revisão dos padrões de produção e consumo praticados pela administração pública brasileira e introduziu parâmetros de sustentabilidade na estrutura estabelecida.

A Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P é um programa que foi criado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de promover a responsabilidade socioambiental, a adoção de procedimentos de sustentabilidade e critérios socioambientais nas atividades do setor público (Brasil, 2020). Atualmente está normatizada pela Portaria n. 326/2020 do Ministério do Meio Ambiente.

Os princípios da A3P visam incorporar critérios socioambientais às atividades regulatórias, que vão desde mudanças nos investimentos governamentais, compras e contratação de serviços até a gestão adequada dos resíduos produzidos e dos

recursos naturais utilizados, além de promover a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. A principal diretriz da A3P é, portanto, conscientizar não apenas os gestores, mas todos os funcionários do serviço público em todas as suas áreas. É importante ressaltar que a participação no programa é voluntária, deixando o desafio individual e coletivo, desenvolvendo ações e construindo atitudes dentro do conceito desse novo modelo de gestão pública (Rego et al, 2011).

A A3P está balizada por cinco objetivos, a saber: (1) Sensibilizar os gestores públicos para as questões socioambientais; (2) Promover a economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais; (3) Reduzir o impacto socioambiental negativo causado pela execução das atividades de caráter administrativo e operacional; (4) Contribuir para revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais, no âmbito da administração pública; (5) Contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

A Agenda 21 estabeleceu uma perspectiva equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento, promovendo um programa de trabalho que identificasse os problemas prioritários, os recursos e meios para enfrentá-los e as metas para as próximas décadas e que pudesse disciplinar e concentrar esforços nas áreas-chave, evitando a dispersão, o desperdício e as ações contraproducentes. Para a ONU a importância estratégica deste documento é que ele baliza ações mais abrangentes e que representam relações de causa e efeito em diversas áreas de ação (Kunimoto et al, 2020).

No âmbito da Administração Pública brasileira, a Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P é considerada como um marco indutor de adoção da gestão socioambiental no setor público. A3P é um programa de gestão que visa promover a responsabilidade socioambiental e inserir critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. A inserção desses critérios envolve mudanças comportamentais e transformações nas ações públicas relacionadas às prioridades de investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, construções sustentáveis, gerenciamento de resíduos sólidos e uso racional dos recursos naturais e bens públicos. É um programa de caráter voluntário, sem natureza impositiva e regulatória. O que se busca é uma ação exemplar do gestor público a partir da compreensão do que é a responsabilidade socioambiental.

Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P - está estruturada a partir de cinco eixos temáticos prioritários e as ações decorrentes de cada um foram definidas tendo por base a política dos 5 R's: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos. Os cinco eixos temáticos prioritários da A3P são: (i) uso racional dos recursos naturais e bens públicos; (ii) gestão adequada dos resíduos gerados; (iii) qualidade de vida no ambiente de trabalho; (iv) sensibilização e capacitação dos servidores e (v) licitações sustentáveis.

Quanto ao segundo eixo temático - Gestão adequada dos resíduos gerados- objeto de estudo deste trabalho, há orientação através da Portaria n. 326/2020 do Ministério do Meio Ambiente que normatiza a A3P, para adotar a política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar - e, com base na Lei nº 12.305/10, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, implantar o gerenciamento de resíduos sólidos (Brasil,2020).

Em relação aos resíduos sólidos urbanos (RSU), esses podem ser definidos como materiais indesejáveis para quem os produziu ou pretendem descartá-los, podendo ter origens diversas, evidente potencial de causar danos à saúde e à qualidade dos vida das pessoas e do meio ambiente, caso sejam descartados em local impróprio (Silva, 2017; Nogueira, et. al, 2020).

Diante do crescimento progressivo da produção em diversos setores e o conseqüente aumento da destinação dos resíduos sólidos urbanos, essa relação desponta como um dos maiores problemas ambientais, pois o descarte na maioria das vezes culmina em acúmulo e destinação final inadequada dos resíduos. O fato, segundo Sousa (2019), é que a concentração de resíduos sólidos e seu resultado final é um tema de crescente interesse nas esferas governamental, empresarial e civil em vários países.

Neste sentido, é orientado que a gestão de resíduos adote a implementação da coleta seletiva de acordo com a Resolução do CONAMA nº 275 de 25 de abril de 2001, que estabelece código de cores para diferentes tipos de resíduos na

coleta seletiva; e promova a destinação correta dos resíduos coletados. Há, também, orientação para se instituir uma comissão setorial de coleta seletiva com um representante por unidade e envolver outras instituições alocadas no mesmo prédio ou condomínio; e realizar doação de materiais recicláveis para cooperativas de catadores de lixo.

Desta maneira, a problemática do trabalho se apresenta da seguinte forma: como os indicadores de desempenho do eixo temático número 2, sugerido pela A3P, podem auxiliar uma IFES no aperfeiçoamento e implementação de suas políticas públicas ambientais?

Diante da contextualização e do problema apresentado, o objetivo geral deste estudo é mapear as ações socioambientais desenvolvidas na Universidade Federal de São João del Rei utilizando como referência o eixo temático número 2 do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e apresentar, com base na análise realizada, quais políticas públicas ambientais poderiam ser aperfeiçoadas e quais poderiam ser implementadas na IFES estudada.

Para alcançar os objetivos pretendidos, a pesquisa identifica quais ações socioambientais são realizadas na UFSJ através do preenchimento de um questionário elaborado com base nos indicadores de desempenho propostos pela A3P, bem como por análise documental.

2. Metodologia

O presente trabalho se trata de um estudo de caso que, de acordo com Gil (2008, p. 57) “é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado”. O objeto selecionado foram as políticas públicas ambientais desenvolvidas em uma instituição federal de ensino superior tendo como referência a Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P.

Trata-se do desenvolvimento de uma pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008), tem o objetivo principal de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias a fim de formular problemas mais precisos ou hipóteses de pesquisa para estudos posteriores. Desta forma, através de uma pesquisa bibliográfica, com o propósito conhecer com maior profundidade as políticas públicas ambientais e a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), bem como as principais legislações ambientais vigentes no Brasil, foram revisadas as teorias anteriormente publicadas em artigos, revistas, livros, legislações e outras fontes.

Adicionalmente à pesquisa bibliográfica, foi realizada uma entrevista semiestruturada orientada através de um questionário padronizado contendo questões abertas e fechadas baseadas nos indicadores do eixo temático 2 da A3P que norteiam a aplicação de ações socioambientais no governo federal.

Ademais, foi realizada análise documental dos processos de desfazimento de bens permanentes e também de informações no sítio oficial da instituição com o propósito de coletar evidências em mais de uma fonte. Conforme orienta Yin (2001), a coleta em várias fontes propicia a ampliação de linhas convergentes de investigação através da triangulação de informações. Deste modo, qualquer descoberta ou conclusão em um estudo de caso tende a ser muito mais convincente e precisa caso se baseie em variadas fontes diferentes de informação, obedecendo a um estilo de pesquisa confirmatória.

A escolha da Instituição como amostra da pesquisa se deu por questão de conveniência, acesso aos dados, proximidade geográfica e sua relevância no contexto local. Trata-se da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ), que por se tratar de uma instituição de ensino superior, possui grande poder de influência no direcionamento da sociedade local na adoção de práticas sustentáveis. Por se tratar de um estudo de caso, a análise do problema se dará por meio de uma abordagem qualitativa.

3. Resultados e Discussão

O Meio Ambiente é uma das grandes questões públicas que merecem atenção especial por parte do governo federal por influenciar a vida dos cidadãos, as políticas públicas ambientais buscam “colocar o governo em ação” e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações.

Desta forma, a presente pesquisa buscou mapear as ações socioambientais desenvolvidas na UFSJ, que, com base nas suas premissas estatutárias e institucionais, descreve em seu Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 (PDI), os objetivos e ações previstas dentro do eixo estrutural: Meio ambiente e sustentabilidade. O objetivo 67 propõe ampliar e aprimorar a gestão de resíduos através de ações que visam o gerenciamento do monitoramento, coleta, tratamento, armazenamento temporário e descarte ambientalmente correto de resíduos perigosos, bem com da implantação do sistema de gerenciamento informatizado e ainda a promoção da redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos.

O PDI é um documento que visa definir a missão da IFES estudada, assim como as estratégias para atingir seus objetivos. Pode-se perceber que a gestão de resíduos sólidos está entre um dos anseios da comunidade acadêmica e que é tratada como assunto institucional pelos gestores do órgão.

Neste sentido, a execução das ações socioambientais ocorre em toda universidade e de forma descentralizada nos *campi* avançados de Sete Lagoas/MG, Divinópolis/MG, Ouro Branco/MG e também nos três campi de São João del Rei, o que torna necessário que se leve em consideração as particularidades de cada campus, e também, que haja uma coordenação a nível institucional, que é feita pelo Núcleo de Meio Ambiente (NUAMB), conforme se extrai do sítio eletrônico do referido núcleo: “O Núcleo de Meio Ambiente (NUAMB) da UFSJ é unidade vinculada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) responsável pela coordenação e execução de ações e programas ambientais, assessoria técnica e gestão em meio ambiente.”

Assim, é possível identificar que uma das grandes linhas de ação das políticas públicas ambientais almejadas e executadas na UFSJ é a gestão adequada dos resíduos gerados, pois auxiliam nas ações de controle, redução da geração e destinação correta dos resíduos produzidos.

Diante da constatação destes objetivos no PDI, utilizar como referência os indicadores de desempenho de Gestão Adequada de Resíduos Gerados propostos no eixo temático 2 da A3P fez ainda mais sentido. Estes indicadores servem para auxiliar nas ações de controle, redução da geração, na destinação correta dos resíduos produzidos pelas instituições e ainda, servem como parâmetro para um diagnóstico da situação das ações socioambientais desenvolvidas, norteando os agentes sobre quais ações precisam ser melhoradas e/ou implementadas.

O Eixo 2, Gestão de Resíduos Sólidos, comporta três indicadores: (i) Coleta Seletiva, (ii) Resíduos Perigosos e (iii) Resíduos Eletrônicos.

Em relação aos indicadores para coleta seletiva, as métricas utilizadas na A3P tratam da destinação de materiais comuns como papel, papelão, plástico e vidro para reciclagem através de cooperativas de catadores de materiais reaproveitáveis. A UFSJ não realiza, institucionalmente, o envio desses materiais para a reciclagem, o que existe como ação socioambiental é uma parceria com a Associação dos Catadores de Material Reciclado de São João del Rei (ASCAS), uma importante associação do município de São João del Rei que trabalha com a coleta seletiva de resíduos. Constatou-se que os *campi* disponibilizam lixeiras para coleta seletiva de materiais recicláveis, possibilitando aos agentes catadores a coleta seletiva dos resíduos que podem ser reaproveitados. O NUAMB participa do processo através da conscientização da comunidade acadêmica produzindo guias de descarte correto de resíduos.

A respeito dos procedimentos de reciclagem de cartuchos e *toners*, a UFSJ por meio do NUAMB, realiza o correto descarte dos *toners* e cartuchos uma vez que solicita às unidades que possuem esse tipo de resíduo, que informem através de formulário próprio a existência de materiais para serem descartados. Após a ciência por parte do NUAMB, a unidade que pretende se desfazer do resíduo envia, através do serviço de malote, o respectivo material para o setor responsável por reunir os

toners e cartuchos e realizar o procedimento de descarte ambientalmente adequado. Outra ação importante é a exigência de realização de logística reversa por parte dos fornecedores destes materiais já prevista no edital licitatório. Constatou-se que o edital do Pregão Eletrônico para registro de preço nº 021/2022, cujo objeto era a aquisição de cartuchos e *toners*, possui um subitem destinado à Logística Reversa. Através de um termo de compromisso disponibilizado como anexo do termo de referência, o licitante deve se comprometer com a obrigação legal de estabelecer e gerenciar a política de logística reversa destes materiais, além de divulgar a forma e os procedimentos adequados para que os mesmos tenham seu destino ecologicamente adequado, visando diminuir os impactos ambientais, conforme prevê a Lei nº 12.305/2010.

Em relação aos indicadores para Resíduos Perigosos, constatou-se que a instituição realiza a destinação adequada de lâmpadas fluorescentes, pois foi realizado pelo NUAMB um inventário, em todos os *campi* da UFSJ, do quantitativo de lâmpadas usadas que deveriam ser descartadas. Após isso, houve a abertura de processo de contratação de empresa ambientalmente habilitada para proceder o recolhimento e o descarte desses resíduos. Segundo o documento analisado, a coleta das lâmpadas foi monitorada pelo Núcleo, tendo a UFSJ recebido da empresa um certificado de destinação ambientalmente correta.

Todavia, apesar da contratação da empresa para realizar o descarte das lâmpadas acumuladas no decorrer dos anos, notou-se, através de análise do edital 023/2022, que os instrumentos licitatórios não preveem a exigência de realização de logística reversa, sendo um ponto que pode ser aperfeiçoado.

Quanto ao descarte de pilhas e baterias, existe na instituição a “Ação Ambiental de Coleta de Pilhas e Baterias”, nesta ação foram disponibilizados ecopontos de coleta onde os dispositivos podem ser depositados quando deixam de ter utilidade. A partir daí os resíduos de pilhas e baterias são coletados nos ecopontos e são encaminhados para empresa de reciclagem e destinação final, conforme determina a normatização ambiental vigente.

Junto a coleta de pilhas e baterias, identificou-se que também é desenvolvida uma ação denominada “Projeto Óleo Verde”, onde é realizada a coleta e reciclagem de óleo de cozinha, através do recolhimento em Pontos de Entrega Voluntária (PEV) espalhados nos *campi* da UFSJ. Todo resíduo coletado é entregue na associação de catadores parceira da universidade para receberem destinação ambientalmente apropriada. Tal projeto não só evita que o óleo de cozinha seja descartado de maneira inadequada causando danos ao meio ambiente, como contribui para a ampliação da percepção ambiental da sociedade em relação aos resíduos sólidos, uma vez que a referida ação atende tanto a comunidade interna quanto externa à universidade.

Cabe destacar ainda que a instituição produz diversos tipos de resíduos químicos e biológicos em seus laboratórios, sendo assim, constatou-se que a UFSJ está atenta a isso e que executa a coleta conforme determinação legal através de uma parceria com a Prefeitura de São João del-Rei. A parceria possibilita que a empresa responsável pelo recolhimento e destinação de resíduos do município realize também a coleta na UFSJ. Segundo o NUAMB a empresa possui certificação e licenciamento ambiental para execução dos serviços. O NUAMB informa ainda em seu boletim que já foram recolhidas cerca de meia tonelada de resíduos químicos e resíduos biológicos, contribuindo, assim, para diminuição do passivo ambiental da universidade.

Em relação aos resíduos eletrônicos, constatou-se que é o Setor de Patrimônio, após a realização de processos de desfazimento de bens, quem cuida do descarte de computadores, impressoras, aparelhos telefônicos e fax, além de outros bens permanentes de TIC considerados inservíveis, conforme a classificação determinada pelo Decreto 9.373/2018 que dispõe sobre a alienação, a cessão, a transferência, a destinação e a disposição final ambientalmente adequadas de bens móveis no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Com base na análise documental realizada diretamente nos processos de desfazimento, observou-se que já aconteceram diversas doações e destinações de materiais de TIC, bem como bens permanentes de uso comum, como mobiliários, para as mais diversas instituições. Bens inservíveis como cadeiras, mesas e mobiliários de maneira geral, foram

doados para a Associação de Catadores de São João del Rei. - ASCAS. Bens de TIC classificados como inservíveis foram destinados para a Universidade do Vale do São Francisco e também para um Centro de Recuperação de Computadores de Valparaíso de Goiás-GO, ambos por determinação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme determina o artigo 14 do decreto 9.373/18.

Por fim, é importante salientar no estudo que a UFSJ prega, quanto à gestão adequada dos resíduos gerados, a política dos 3R's: Redução da geração na fonte, Reutilização de resíduos, Reciclagem de resíduos, todavia, a A3P orienta a adoção da política dos 5R's - Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar, devendo a UFSJ avaliar se é plausível implementar a orientação da A3P tendo em vista ser um programa nacional do Ministério do Meio Ambiente.

4. Conclusão

O presente estudo buscou analisar a adesão, de uma IFES do interior de Minas Gerais, às diretrizes do eixo temático 2 (Gestão adequada dos resíduos gerados) da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), propostas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Para tanto, buscaram-se informações para subsidiar o estudo, notadamente às prescrições constantes da Agenda Ambiental na Administração Pública expedida pelo Ministério do Meio Ambiente (eixo temático 2), e junto a IFES com seus normativos internos disciplinando o tema. E com base nessas informações, elaborou-se a análise apresentada na seção 3 – Discussão e Resultados.

A partir do exame, completou-se o objetivo geral proposto: mapear as ações socioambientais desenvolvidas na Universidade Federal de São João del Rei utilizando como referência o eixo temático número 2 do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública.

Pode-se perceber que a universidade se preocupa em atender às diretrizes propostas pela A3P, e institucionaliza essa política ambiental. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), dentre os vários objetivos propostos de desenvolvimento da instituição, comporta tópico especialmente destinado à ampliação e aprimoramento da gestão de resíduos. O objetivo 67 do PDI busca através de certas ações melhorar o gerenciamento, o monitoramento, a coleta, o tratamento, o armazenamento temporário e o descarte ambientalmente correto de resíduos perigosos. Há também a preocupação com a implantação de sistema de gerenciamento informatizado, assim como a promoção da redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos. Em pesquisas futuras, sugere-se explorar formas eficientes e sustentáveis de gerenciar os resíduos produzidos nas IES, incluindo estudos sobre a redução, reutilização, reciclagem e descarte adequado de resíduos sólidos, eletrônicos e químicos com a participação de estudantes, professores, funcionários e a comunidade acadêmica, em geral.

Sugere-se, como pesquisas futuras, explorar algumas áreas específicas relacionadas à gestão de resíduos nas Instituições de Ensino Superior (IES). Uma linha de pesquisa promissora poderia ser a investigação de métodos eficientes para a redução de resíduos sólidos nas IES. Isso poderia envolver estudos sobre a conscientização e educação ambiental, visando promover a mudança de hábitos e comportamentos que levem a uma menor geração de resíduos.

Referências

- ABNT. (2004). NBR 10004: Resíduos Sólidos - Definição. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)
- Almeida, V. F. de, Simão, M. O. de A. R., Limont, M., Sabino, A. R., Martins, E. K., & Almeida, G. B. (2022). Agenda ambiental da administração pública: A3P como instrumento de Educação Ambiental no Instituto Federal do Amazonas. *Revista Brasileira De Educação Ambiental (RevBEA)*, 17(2), 452–473.
- Cia Alves, E. E., & de Almeida Lopes Fernandes, I. F. (2020). Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: uma transformação no debate científico do desenvolvimento? *Meridiano 47 - Journal of Global Studies*, 21. <https://doi.org/10.20889/M47e21010>
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

Brasil. (2022). Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.936-de-12-de-janeiro-de-2022-373573578>.

Brasil. (1998) Lei nº 12.305, de 12 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm

Brasil. (2014). Ministério do Meio Ambiente - Agenda Ambiental da Administração Pública Institui a Política-A3P. Disponível em: http://a3p.mma.gov.br/wp-content/uploads/Como_Implantar_a_A3P/Documentos/tab-5-Indicadores-da-A3P-versao-final.pdf

CONAMA. (1993). Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução de n. 5, de 5 de agosto de 1993. Publicada no DOU n. 166, de 31 de agosto de 1993, seção 1, páginas 12996-12998. Brasília: CONAMA,

Costa, A. R. S.; Pinheiro, S. M. G.; Melo, A. M.; El-Deir, S. G. (2017) Os princípios da sustentabilidade como norteadores na gestão dos resíduos sólidos urbanos. *Revista Holos Environment*, 17(1), 94-109.

Dalla Passos, A. B. (2022). *Narrativas da Educação Ambiental e do Ambientalismo em um Contexto Histórico*. Editora Appris.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.), Editora Atlas SA.

Kniess, C. T., Sampaio, C. A. C., Júnior, A. P., Plonski, G. A., Goldemberg, J., Pádua, J. A., ... & Dutra, S. (2022). 50 anos de Estocolmo'72 e 30 Anos da Rio'92: Reflexões sobre o Brasil Contemporâneo e os Desafios para um Futuro Sustentável. *Historia Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC) revista de la Solcha*, 12(3), 406-437.

Kunimoto, S. Y., Mendes, D. R. F., Marques, H. R., & Constantino, M. (2020). Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise textual dos fóruns de discussão. *Multitemas*, 153-175.

Nogueira, L. Í. A., Martins, I. C., & da Silva, G. R. (2020). A gestão de resíduos sólidos urbanos e o desenvolvimento sustentável: uma revisão. *Environmental Scientiae*, 2(1), 48-57.

Rêgo, G. S., Pimenta, H. C. D., & Saraiva, V. M. (2011). Agenda Ambiental na Administração Pública-A3P: um estudo sobre a potencialidade de aplicação no município de São Gonçalo do Amarante/RN. *Holos*, 4, 29-50.

Santos, D. M. C., & Medeiros, T. A. (2020). Desenvolvimento sustentável e agenda 21 brasileira. *Revista Científica Multidisciplinar da Uni São José, Rio de Janeiro*, 15(1), 10-27.

Silva, L. Indicadores de gestão de resíduos sólidos urbanos : uma visão voltada à sustentabilidade. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Passo Fundo, São José, 2017. Silva, L. D. (2017). Indicadores de gestão de resíduos sólidos urbanos: uma visão voltada à sustentabilidade.

da Silva Sousa, M., & Serra, J. C. V. (2019). Indicadores ambientais de resíduos sólidos urbanos associado a melhoria das políticas públicas. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, 8(3), 707-724.

UFSJ. (2022) Universidade Federal de São João del Rei. Regimento interno PROAD UFSJ. São João del Rei, 2009. <[https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/proad/Res016Consu2009RegimentoPROAD_Modificada\(1\).pdf](https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/proad/Res016Consu2009RegimentoPROAD_Modificada(1).pdf)>.

UFSJ. (2019) Universidade Federal de São João del Rei. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2019-2023. São João del Rei, 2019. <<https://ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/pdi/PDI%202019-2023.pdf>>.

YIN, R. K. Estudo de Caso – Planejamento e Método. (2a ed.), Bookman, 2001.

Zeca, B. G. (2022). O Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano: Amazônia, ocupação territorial e o meio ambiente no cenário internacional. *Conjuntura Austral*, 13(62), 36-47.